

FALE COM A GENTE!

Editor Leopoldo Figueiredo
E-mail portomar@atribuna.com.br
Telefone 2102-7269

PORTO & MAR

Empresários propõem ISS de 4% para operações portuárias

Prefeito de Santos ficou de avaliar opção. Sugestão foi apresentada em reunião no final da tarde de ontem

FERNANDA BALBINO

DA REDAÇÃO

Cinco entidades empresariais ligadas ao setor portuário apresentaram, na tarde de ontem, ao prefeito de Santos, Paulo Alexandre Barbosa (PSDB), uma contraproposta ao projeto de lei que prevê o reajuste do Imposto Sobre Serviços (ISS) a ser cobrado das atividades realizadas no cais santista. Os executivos pedem que a alíquota passe de 3% para 4% - e não para 5% como prevê a Administração Municipal.

A medida será avaliada pela equipe do prefeito. Ele ainda se comprometeu a avaliar os impactos do aumento do tributo para 5% a partir de abril, caso seja aprovado pela Câmara Municipal.

O projeto de lei que reajusta o ISS das atividades portuárias para 5% já tramita no Legislativo e precisa receber o aval da Casa ainda neste ano e, segundo as administrações municipais de Santos e Guarujá, pode garantir um aumento na receita anual de R\$ 64 milhões e R\$ 40 milhões às cidades, respectivamente. No total, 320 empresas serão impactadas.

Para os empresários, a medida pode reduzir a competitividade do Porto de Santos e, com

REAÇÃO

“Foram apresentados vários argumentos que nós ouvimos e respeitamos. Estamos avaliando todos, mas a proposta da Prefeitura é a que se encontra na Câmara Municipal de Santos para apreciação e análise, e de que aguardamos a votação”

“Essa relação Porto-Cidade precisa se aperfeiçoar e a integração precisa se dar cada vez mais, na prática, atendendo às necessidades da Cidade e do cidadão santista”

Paulo Alexandre Barbosa
prefeito de Santos

isso, causar uma fuga de cargas do cais santista para outros complexos portuários brasileiros. Além disso, os operadores portuários também apontam o risco de perda de postos de trabalho nas duas cidades.

Por este motivo, pela primeira vez, os representantes das cinco entidades se reuniram com o prefeito de Santos para discutir a questão. Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp),



Representantes do setor privado se reuniram com Paulo Alexandre Barbosa para debater questão

Associação Comercial de Santos (ACS), Associação Brasileira dos Terminais Retroportuários e das Empresas Transportadoras de Contêineres (ABTTC), Associação das Empresas do Distrito Industrial e Portuário da Alemoa (AMA) e Associação Brasileira de Terminais de Líquidos (ABTL) participaram do encontro.

A Tribuna apurou que a proposta dos empresários prevê um reajuste de 3% para 4% e

não para 5% como quer a Administração Municipal. Uma resposta definitiva de Paulo Alexandre para os representantes do setor privado deve ser conhecida apenas nos próximos dias.

“Foram apresentados vários argumentos que nós ouvimos e respeitamos. Estamos avaliando todos, mas a proposta da Prefeitura é a que se encontra na Câmara Municipal de Santos para apreciação e análise, e de que aguardamos a votação”, desta-

cou Paulo Alexandre Barbosa.

O prefeito assumiu o compromisso de mensurar os impactos do reajuste do ISS a partir de abril. Para isso, a ideia é a criação de um grupo de trabalho, que vai avaliar dados como movimentação de cargas e a atividade das empresas portuárias instaladas na Cidade.

“De abril até dezembro, a gente mensura se o argumento da Prefeitura está correto ou se o argumento das empresas es-

tá correto. Se houver um argumento da iniciativa privada prevalecendo, nós não vamos ter nenhum problema em reavaliar a medida, mas nós não acreditamos que isso vai acontecer”, destacou o chefe do Executivo.

RELAÇÃO PORTO-CIDADE

Barbosa mantém a posição de que o reajuste será utilizado para o pagamento de um empréstimo de R\$ 290 milhões que a Prefeitura fez para custear obras na entrada da Cidade e que, segundo o chefe do Executivo, vão favorecer o acesso de cargas ao cais santista.

Além disso, o prefeito aponta a necessidade de manutenção de serviços de saúde e educação, que foram impactados pela crise e, inclusive, pela alta na procura, por conta do grande número de demissões de trabalhadores do setor portuário nos últimos anos.

“Essa relação Porto-Cidade precisa se aperfeiçoar e a integração precisa se dar cada vez mais, na prática, atendendo às necessidades da Cidade e do cidadão santista, que tem o ônus e também o bônus da atividade portuária”, destacou o prefeito.

O chefe do Executivo destacou, ainda, que a alta do ISS é uma questão de justiça tributária e social. Barbosa também aponta que trata-se apenas uma equiparação à alíquota que já é praticada em outras cidades portuárias brasileiras. Rio de Janeiro, Itaguaí (RJ), São Sebastião, Cubatão, Suape (PE), Vitória (ES) e Fortaleza (CE) recolhem 5% do tributo.